

Tecnologías Digitales

variación y cambio en el español de América

I Congreso de la Delegación Argentina de la Asociación de Lingüística y Filología de América Latina (ALFAL) y V Jornadas Internacionales de Filología Hispánica

POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Nancy dos Santos Casagrande (IP-PUC/SP)
Neusa Barbosa Bastos (IP-PUC/SP – NEL/UPM)
nancy.casagrande@gmail.com
nmbastos@terra.com.br

ÁREA TEMÁTICA: *Políticas lingüísticas y educativas*

Resumen

Grande preocupação para o ensino de língua materna tem sido a questão dos estudos linguísticos, no que se refere à Política de Língua, cujas bases alicerçam-se nas discussões sobre a identidade cultural, ideológica e linguística de um povo. Objetivamos, assim, discutir políticas linguísticas implementadas em diversos momentos no que tange à questão cultural lusófona. Por isso, julgamos necessário apresentar as concepções de Política Linguística, de Cultura, de Ideologia e de Lusofonia numa acepção mais ampla dos termos.

Observações atinentes às Políticas de Língua presentes no cotidiano de uma nação em movimento num mundo lusófono crescente, leva-nos aos instrumentos tecnológicos referentes à linguagem (gramatização: gramática e dicionário) e à história do povo que fala. Assim, consideramos como Calvet (1996:3) que a Política Linguística, sendo uma relação imposta pelo Estado a um dado povo, estabelecendo uma planificação linguística que leva uma maioria a adotar a língua de uma minoria, impõe-se pela responsabilidade do Estado com a assunção de uma determinada língua e de uma nova identidade, o que provoca a consolidação do processo de nacionalização de um grupo.

Uma unidade linguística foi prescrita por Portugal que determinou uma Política Linguística Brasil/Portugal, trazendo para territórios de "além-mar" uma língua nacional portuguesa que acabou identificando o brasileiro como povo. Determinados pelo princípio "*uma língua, uma nação*", que fortalece a sobrevivência do Estado, fundamos na necessidade de aprendizagem e de uso de uma língua oficial como obrigação para os cidadãos e na obrigatoriedade da sistematização, isto é, de gramatização (Auroux 1992, p. 65). Esse fenômeno foi generalizado no século XVI quando houve a gramatização dos vernáculos europeus, determinando, assim, a instauração de uma Política Linguística.

Palavras chave: Políticas lingüísticas – língua materna - planificação lingüística

Identities dinámicas: variación y cambio en el español de América

I Congreso de la Delegación Argentina de la Asociación de Lingüística y Filología de América Latina (ALFAL) y V Jornadas Internacionales de Filología Hispánica

Políticas Linguísticas, cujas bases alicerçam-se nas discussões sobre a identidade cultural e linguística de um povo, tem sido nosso alvo de investigação. Temos como objetivo discutir, no que tange à questão lusófona, políticas linguísticas implementadas em diversos momentos. Por isso, julgamos necessário apresentar as concepções de Política Linguística e de Lusofonia numa acepção mais ampla dos termos.

Num primeiro momento, temos em Calvet (1996) a concepção de Política Linguística como uma relação imposta pelo Estado a um determinado povo. Dessa maneira, o primeiro passo seria o de estabelecer uma planificação linguística de modo que uma maioria fosse obrigada a adotar a língua de uma minoria, pois, ainda segundo o autor, é o poder político que privilegia esta ou aquela língua, quando de sua imposição a uma comunidade. Entendamos por planificação linguística, ainda, as intervenções sobre as línguas, no que se refere à promoção de línguas, isto é, a criação de programas de revitalização, manutenção, escrituralização, criação de escolas bilíngues e de legislação específica para a questão das línguas, estando aí atrelada a questão dos direitos e do patrimônio linguístico.

Ora, se o Estado é o responsável pela imposição da língua, temos, nessa situação, a imposição de uma nova identidade, que se concretiza quando a tal língua imposta acaba por consolidar-se no processo de nacionalização de um grupo. A partir daí, temos a formação de uma sociedade que entrelaça Língua e Política. Sobre isso, afirma Orlandi (1996:13):

“Ao mesmo tempo em que a linguística vai se constituindo como ciência a questão da língua é afetada pela relação do sujeito com o Estado e as políticas gerais de um país manifestam essa inter-relação, de que a forma mais visível é a formulação específica das políticas linguísticas.”

Desse modo, a questão da política linguística ultrapassa os limiares da relação primeira entre Língua e Estado, pois, ainda conforme Orlandi (1996), ao definir-se que língua se fala, com que estatuto, onde, quando e as maneiras de acesso a ela, seja pelo ensino, seja pelo acesso às publicações, seja pela participação em rituais, seja

Identidades dinâmicas: variação e mudança no espanhol da América

I Congreso de la Delegación Argentina de la Asociación de Lingüística y Filología de América Latina (ALFAL) y V Jornadas Internacionales de Filología Hispánica

pela construção de instituições linguísticas, está se praticando uma política linguística, uma vez que, para se identificá-la, há necessidade de produzir-se conhecimento e isso acontece, primeiramente, de maneira particular, para, depois, instituir-se de forma coletiva.

Nesse sentido, é interessante notarmos que as discussões sobre política linguística ultrapassam os muros acadêmicos¹, uma vez que, na Europa, por exemplo, esse assunto tem sido de grande preocupação devido ao fortalecimento da União Europeia não só como polo econômico, mas também como polo de diversidade linguística e cultural.

Partindo desse pressuposto, devemos considerar as questões de língua ligadas, também, aos instrumentos tecnológicos referentes à linguagem - entendamos aí o processo de gramatização: gramática e dicionário - e à relação com a história do povo que fala. Nesse sentido, quando se trata dessa relação língua e história-linguístico-cultural lusófona de cinco séculos, nos contextos em que se fala a Língua Portuguesa, juntamente com os demais países de língua oficial portuguesa, há toda uma gama de variações.

Tal variabilidade existente, considerando como Gomes de Matos (2001: 93) que a variação é primordialmente estilística e caracteristicamente identificada por meio das designações de variedades coletivas supranacionais (Língua Portuguesa), nacionais (Português de Angola, do Brasil, de Cabo Verde, de Guiné-Bissau, de Moçambique, de Portugal, de São Tomé Príncipe e de Timor-Leste), regionais (Português sulista, minhoto etc), locais (Português paulistano, lisboeta etc) e todas as outras variantes diatópicas, diastráticas e diafásicas, o que, abarcando todas as manifestações interacionais entre os lusofalantes, aponta para a imensa riqueza plural e para a

¹ . O artigo 22º da [Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia](#), adoptada em 2000, exige que a UE respeite a diversidade linguística e o artigo 21º proíbe a discriminação com base na língua. Juntamente com o respeito pelos indivíduos, a abertura a outras culturas e a tolerância em relação aos outros, o respeito pela diversidade linguística é um valor fundamental da UE. Este princípio aplica-se não só às 23 [línguas oficiais da UE](#), mas também a muitas línguas regionais e minoritárias faladas por segmentos da população. É esta diversidade que faz da UE aquilo que ela é: não um cadinho no qual as diferenças se esbatem, mas uma casa comum, na qual a diversidade pode ser celebrada e considerada uma fonte de riqueza. (disponível em <http://europa.eu/languages/pt/chapter/5>, acessado em 13/07/09, às 17h)

Identities dinámicas: variación y cambio en el español de América

I Congreso de la Delegación Argentina de la Asociación de Lingüística y Filología de América Latina (ALFAL) y V Jornadas Internacionales de Filología Hispánica

surpreendente unidade linguística dessa língua falada por cerca de duzentos milhões de pessoas no mundo.

Essa mesma variabilidade permanece na unidade linguístico-cultural existente a partir do domínio português com todo o sentimento metropolitano do país europeu que conquistou o mundo, versus o sentimento de nacionalidade do brasileiro, acirrado durante a República no final do século XIX e início do XX. Assim, a política linguística determina uma unidade linguística entre Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. No Brasil, também por conta de nossa independência precoce em relação aos demais países, a língua nacional identifica o brasileiro como povo.

Retomando Calvet (1996:3), reafirmamos que uma relação imposta pelo Estado a um dado povo, estabelecendo uma planificação linguística, levando uma maioria a adotar a língua de uma minoria, ficando o Estado responsável pela imposição de uma determinada língua e de uma nova identidade com a consolidação por meio do processo de nacionalização de um grupo, foi o que ocorreu com os brasileiros a partir da colonização, passando pela intervenção pombalina e chegando ao século XXI com a inversão de um posicionamento.

Assim, considerando o princípio - *uma língua, uma nação* - determinante para a sua sobrevivência como Estado, lembramos a necessidade da aprendizagem e uso de uma língua oficial como obrigação para os cidadãos e conseqüentemente a necessidade da sistematização, a gramatização por meio dos já citados instrumentos tecnológicos: a gramática e o dicionário o que muda as relações de mútua referência, recíproca regulação, inconsistência ou indiferença entre as esferas ou níveis em que as práticas culturais têm lugar.

Retomando o passado, podemos asseverar que um primeiro "ensaio" de política linguística teve início no século XVI, quando da publicação da primeira gramática da Língua Portuguesa, escrita por Fernão de Oliveira, em Portugal com o objetivo de sistematizar a língua da metrópole. Tal afirmação nos remete à análise da obra citada, para nos certificarmos de sua pertinência. Podemos, então, afirmar que o autor se baseou em gramáticas latinas, direcionando seus estudos à palavra, de modo que se deteve mais profundamente na formação de palavras e nas descrições fonéticas.

Identities dinámicas: variação y cambio en el español de América

I Congreso de la Delegación Argentina de la Asociación de Lingüística y Filología de América Latina (ALFAL) y V Jornadas Internacionales de Filología Hispánica

Inserido no seu tempo, esse estudioso caracteriza-se como um homem renascentista que traz

(...) a curiosidade presencialista, por um lado, em relação ao mundo circundante a par de um majestático sentimento de veneração pelo legado cultural dos Antigos, por via dos Romanos, sem que isso jamais signifique aceitação passiva e acrítica. Essa majestade, com efeito, parece ser a marca ou traço distintivo das latinitas aos olhos dos *Humanistas de Quinhentos* (...) (Buescu, 1998:19).

Nesse sentido, o autor tinha plena consciência de que seu trabalho era uma primeira anotação que serviria para

(...) apontar algumas partes necessárias da ortografia, acento, etimologia e analogia da nossa linguagem em comum e particularizando nada de cada dicção, porque isto ficará para outro tempo e obra. E, porém, agora primeiro diremos que coisa é linguagem e da nossa, como é principal entre muitas. (Oliveira, 1536: 38)

Podemos perceber, a partir da leitura de sua obra, que o autor tinha como objetivos principais: a) tecer louvores à língua portuguesa, indicando que sua estrutura era semelhante às línguas de prestígio, como o latim e o grego; b) descrever a língua portuguesa por meio do bem falar e do bem escrever; c) trabalhar a ortografia portuguesa. Nesse aspecto, a língua portuguesa apresentava uma série de vantagens em relação às outras, já que era “antiga, ensinada e bem conversada e também exercitada em bons tratos e ofícios” (Oliveira, 1536: 39).

Ora, sabemos que tais vantagens só assim se configuravam por estar a dita língua baseada nas regras latinas e gregas, por isso, Fernão de Oliveira, nos primeiros capítulos de sua Gramática, exalta a história de Portugal desde os seus primórdios, citando seus soberanos mais importantes e destacando-os, um a um, de modo a deixar claro “o quão essa terra é nobre com muitos bons tratos e conversações, assim em armas como em letras engrandecida”. (Buescu, 1975:41). Interessante é enfatizar que todo esse apreço à terra deve-se ao momento histórico em que a Gramática foi elaborada - 1536 - época das grandes navegações. Por esse motivo é que o autor diz

Identities dinámicas: variación y cambio en el español de América

I Congreso de la Delegación Argentina de la Asociación de Lingüística y Filología de América Latina (ALFAL) y V Jornadas Internacionales de Filología Hispánica

da importância de se dedicar aos estudos liberais, uma vez que são eles que dão à terra em que nascem a glória tão almejada. Como afirmamos, uma política linguística se instaura na medida em que Fernão de Oliveira se refere à importância de levar a língua portuguesa aos povos colonizados, no entanto essa atitude só vai se concretizar no Brasil, no século XVIII, quando da expulsão dos jesuítas do país e da imposição da língua portuguesa como língua oficial pelo decreto do Marquês de Pombal.

Imposição de as práticas culturais, da língua é o procedimento de toda a relação de dominação, o que acontece de maneira muito incisiva na época em tela. Alteram-se as relações entre esferas de cultura nos dois momentos a que nos referimos: a época da colonização e a época atual. Passamos da posição de conquistados para a de independentes e continuamos vulneráveis às interferências culturais de países que se relacionam com o nosso país, o que é importante para os brasileiros que sobem na escala social para o seu contato com o mundo.

As nações mais globalizadas procuram impingir aspectos da cultura totalizadora e essa assimilação ocorre, devendo o Estado formar indivíduos críticos para defesa de sua cultura por meio das seguintes ações: 1. da apresentação de razões em torno de determinada tese; 2. da emissão de opiniões fundamentadas em argumentos baseados em verdade, autoridade, fatos; 3. de reflexões acerca dos *problemas sociais da nação*; 4. do despertar o *espírito crítico* nos cidadãos. Nesta quarta reside, mais propriamente, o papel político do professor de Língua Portuguesa, sem naturalmente abandonar as demais, necessárias todas à formação de um indivíduo crítico.

Na relação entre ideologia e imposição cultural, temos hoje a língua do dominante como aquela da classe dominante, como é o caso dos intelectuais e dos professores por meio de uma imposição cultural pela elite intelectualizada às demais classes privadas que são do bem falar e do bem escrever. Tal política linguística vem sendo implantada desde a época da colonização como já mencionamos, em que o colonizador impôs sua língua aos conquistados. Posteriormente, no século XVIII, o Marquês de Pombal reforçou a imposição com métodos rígidos e, desde então, os brasileiros buscam se firmar em sua identidade linguística, sendo já agraciados com a aceitação da comunidade acadêmica internacional com o português modalidade brasileira (PB). Convém salientar que o mesmo não ocorre nos demais países lusófonos havendo, portanto, o reconhecimento de duas formas de se caracterizar a língua

Identities dinámicas: variación y cambio en el español de América

I Congreso de la Delegación Argentina de la Asociación de Lingüística y Filología de América Latina (ALFAL) y V Jornadas Internacionales de Filología Hispánica

portuguesa, quais sejam: português modalidade europeia (PE) e português modalidade brasileira (PB), conforme já citamos anteriormente.

Dessa forma, podemos asseverar que há uma intenção política de preservação da Língua Portuguesa no espaço lusófono por questões econômico-financeiras, além das linguístico-culturais, uma vez que o mundo se move pelas relações econômicas, mas a nossa questão gira em torno da preservação cultural de um povo que mantém comuns algumas características linguísticas, musicais, de hábitos, de costumes, unido que é pela sua história, pela sua cultura e pela sua língua.

Voltando à questão do uso da língua de acordo com a Gramática (sistematização da língua pela, para e da elite), sabemos existirem proibições e permissões, regras, leis (ensino elitista) por conta da manifestação de um papel político de preservação e domínio da língua exemplar (modelo greco-latino, primeiro momento de globalização do mundo), numa tensão entre puristas x sujeitos midiáticos com grande carga ideológica estrangeira. Ressaltemos, neste momento, a questão posta acerca da variabilidade existente não somente entre os países de língua oficial portuguesa, mas também aquela existente em nosso país: as diferenças de espaço, de tempo, de classe social, de escolaridade, de faixa etária, de profissão, de estado de espírito etc.

Nesse sentido, há que se refletir sobre as políticas linguísticas mais recentes; podemos salientar duas: o Projeto Estrangeirismos e o Acordo Ortográfico. A primeira é o Projeto de Lei número 1676 de 1999, de autoria do então Deputado Aldo Rebelo (PC do B), referente aos estrangeirismos, que propunha a proibição do uso de palavras estrangeiras que tivessem equivalência no português. Segundo Massini-Cagliari (s/d), um dos objetivos principais da proposta do autor:

é o de proteger brasileiros humildes que não sabem falar inglês da invasão de palavras "nocivas", vindas dessa língua anglo-saxônica, como se essas pessoas fossem mais capazes de compreender palavras "genuinamente portuguesas", como "improbidade administrativa" do que "shopping center".

Esse sentimento nacionalista, que seduz políticos e jornalistas, vai de encontro aos interesses interculturais de preservação das identidades e das diferenças, pois do

Identities dinámicas: variación y cambio en el español de América

I Congreso de la Delegación Argentina de la Asociación de Lingüística y Filología de América Latina (ALFAL) y V Jornadas Internacionales de Filología Hispánica

nosso ponto de vista a “convivência” do brasileiro com mosaico de vozes anglo, hispano e francófalantes, alteridade presente em todos os meios midiáticos, forma-se a partir dessa interação com o outro, resultando em um *interculturalismo* saudável, no que tange ao cultural e ao ideológico. O prejuízo está no termo *globalização* que *busca* anular as diferenças, impondo a cultura do mais forte. Assim, a preservação de nossa cultura mesclada às culturas mencionadas, em especial, numa exposição cotidiana é um momento importante em que duas ou mais culturas interagem, passando as atitudes, os comportamentos e os costumes a serem fatores diferenciadores que se agregam à nossa cultura.

De acordo com Krieger (2006), o estabelecimento de uma política linguística multilíngue, em relação às terminologias, que reúne uma face integradora e outra de valor econômico, é de relevância para o relacionamento internacional, assim:

A correlação das línguas funciona como uma importante estratégia de integração entre os povos que ampliaram suas fronteiras, posto que o multiculturalismo dos tempos atuais valoriza as identidades linguísticas a tal ponto que não há nenhuma proposição de língua oficial única.

Conforme Calvet (2007), no Brasil, existe a ideologia da ‘língua única’, desde tempos coloniais, o que tem camuflado a realidade plurilíngue do país, parecia haver pouco lugar para as questões empíricas e teóricas levantadas pelos estudiosos das políticas linguísticas. Crê-se na língua única de todos os brasileiros estendendo-se do Oiapoque ao Chuí e falando português, sem se importar com as demais línguas indígenas existentes no país e sem se considerarem as variantes do português.

Como na Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, elaborada em junho de 1996, a exemplo da Declaração dos Direitos Humanos, todos os países devem respeitar os direitos linguísticos dos cidadãos. E segundo Massini-Cagliari (s/d):

.... “respeito” parece mesmo ser a palavra-chave para a formulação de uma política linguística positiva no Brasil: respeito com relação aos falantes de outras línguas, respeito com relação às diferentes variedades de Português faladas no Brasil e respeito com relação à nossa própria - e legítima - variedade.

Identities dinámicas: variación y cambio en el español de América

I Congreso de la Delegación Argentina de la Asociación de Lingüística y Filología de América Latina (ALFAL) y V Jornadas Internacionales de Filología Hispánica

Recuperando a primeira das duas políticas linguísticas mencionadas cumpre citar que, com as reações havidas em relação ao Projeto Estrangeirismos por parte de setores da mídia e por linguistas, o Senado aprovou um substitutivo em 23 de maio de 2003, preparado com a contribuição de várias associações, entre as quais a [Associação Brasileira de Linguística \(ABRALIN\)](#) e a Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB) em que se propõe a renovação dos métodos de ensino de Português nas escolas e o apoio à formação de professores, além de incentivar o estreitamento de relações entre o Brasil e a comunidade de países lusófonos.

Faz parte dessa preocupação o investimento na valorização da “bagagem” cultural e pessoal dos falantes estudantes e professores que tiverem interesse em interagir com membros das comunidades lusófonas e de outras línguas, em um processo produtivo para o contato de nossa face com aquelas dos demais países. Sendo assim, primeiramente, o Estado deve se voltar para a formação de indivíduos com espírito crítico e, sem segundo lugar, buscar uma conexão língua e cultura, privilegiando o Interculturalismo sobre a Globalização, chegando a uma nova dimensão de conhecimento de outra língua na intersecção de língua, comunicação e cultura, o que é relevante para o domínio das línguas materna e estrangeira (inglês, espanhol e francês), por meio de uma efetiva implantação de seu ensino que contemple tal dimensão.

A segunda mais recente das políticas linguísticas selecionadas é o Novo Acordo Ortográfico com discussões iniciais em 1990, por meio da proposta de significativa redução das diferenças de grafia entre o português brasileiro e o português europeu. Relembrando Bastos (2009: 355):

Convém salientar, primeiramente, que o objetivo de um manual ortográfico como os que já foram publicados em conformidade com o novo acordo, não diferem em princípio do “manual” de João de Barros e dos demais da época (*século XVI*), como por exemplo o de Duarte Nunes do Leão que objetivavam ensinar aos meninos e àqueles que desejassem se iniciar no estudo da Língua Portuguesa.

Identities dinámicas: variación y cambio en el español de América

I Congreso de la Delegación Argentina de la Asociación de Lingüística y Filología de América Latina (ALFAL) y V Jornadas Internacionales de Filología Hispánica

Assim, lemos em Bechara (2008a, p.9):

Como se trata de um *Manual* destinado às pessoas comuns, não especialistas, que desejam escrever de acordo com o novo sistema, tomamos a liberdade de em alguns momentos, alterar a redação e disposição técnica de um ou outro ponto para tornar o Acordo facilmente compreendido ou levá-lo ao leitor de modo mais didático sem contudo desvirtuar a lição do texto oficial.

Dessa maneira, podemos afirmar que o Novo Acordo busca a unidade na diversidade, revelando uma postura político-linguística de busca do respeito às variantes linguísticas existentes no espaço lusófono, por meio de uma interação comunicativa efetiva e significativamente relevante entre falantes lusófonos, o que aproxima escritas entre membros da comunidade lusófona que devem ser considerados como mesmos nos outros (angolanos, brasileiros, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, portugueses, são-tomenses, timorenses).

Isso posto, podemos concluir que hoje, mais do que nunca, a existência de uma política linguística reforça as dimensões histórica, linguística e cultural de um povo, inserindo-o no mundo globalizado e, principalmente, situando-o como nação dotada de identidade própria.

Referências bibliográficas

Impressa

BASTOS, Neusa Barbosa. (2009) "Uma reflexão sobre a ortografia – séculos XVI a XXI". In MOREIRA, Maria Eunice; SMITH, Marisa Magnus e BOCCHESI, Jocelyne da Cunha (orgs.) *Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa – questões para além da escrita*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

BECHARA, Evanildo. (2008a) *A Nova Ortografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Lucerna),.

BECHARA, Evanildo. (2008b) *O que muda com o Novo Acordo Ortográfico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Lucerna),.

Identities dynamic: variation and change in the Spanish of America

I Congreso de la Delegación Argentina de la Asociación de Lingüística y Filología de América Latina (ALFAL) y V Jornadas Internacionales de Filología Hispánica

BUESCU, L. C. "A Língua Portuguesa, Madre e não Madrasta. Uma busca Equívoca mas eficaz: a Gramática Universal" in BASTOS, N. M. B. (org.) *Língua Portuguesa: História, Perspectivas, Ensino*. São Paulo: EDUC, 1998.

CALVET, Louis-Jean (2007) *As políticas linguísticas*. Trad. Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno. São Paulo: Parábola.

GOMES DE MATOS, F. (2001) "Como explicar variantes de uso no português? Um desafio descritivo-prescritivo." *Confluência – Revista do Instituto de Língua Portuguesa*. 21: 93-96.

OLIVEIRA, F. de. *A Gramática da Linguagem Portuguesa*. Lisboa: 1536. (introdução, leitura atualizada e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu.

ORLANDI, Eni Pulcinelli (1996) *Política Linguística na América Latina*. Campinas: Pontes.

Digital

KRIEGER, Maria da Graça.(2006) Terminologia Técnico-Científica: Políticas Linguísticas e MERCOSUL. In *Ciência e Cultura* - vol.58, nº2 São Paulo Apr./June.

http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=s0009-67252006000200017&script=sci_arttext - Acessado em 08 de junho de 2009, às 10h.

MASSINI-CAGLIARI, Gladis. (s/d) *Política Lingüística: precisamos disso?*

http://proex.reitoria.unesp.br/informativo/WebHelp/2004/edi_o46/edi46_arq06.htm - Acessado em 08 de junho de 2009, às 10h30min.